

Governo propõe ao Clube de Paris uma nova forma de pagamento

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, enviou ontem por fac-símile a proposta brasileira para reescalonamento da dívida junto aos credores oficiais que se sentam no Clube de Paris. O esboço preliminar da proposta foi enviado ao presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, e nele o governo propõe uma novidade: um esquema de pagamento semelhante ao da "tabela price" — juros e amortizações são embutidos na mesma parcela de pagamento — com valores semestrais fixos, divididos em 36 prestações, com prazo de vencimento de 18 anos.

O diretor da área internacional do Banco Central (BC), Arminio Fraga Neto, avaliou para este jornal na sexta-feira que a inovação da proposta brasileira está contida justamente no padrão de pagamento imaginado com o objetivo de fazer desaparecer a "corcova" de pagamentos que acaba acontecendo quando



Arminio Fraga Neto

se inicia o processo de amortização do principal, depois da fase de carência. Com um perfil de parcelas fixas o País estará de início efetuando basicamente o pagamento de juros, enquanto o valor referente à amortização vai aos poucos aparecendo, de forma lenta, nas parcelas semestrais. Isto facilita a administração do fluxo de pagamentos.

Fraga Neto não quis comentar, mas este jornal apurou com fonte creden-

ciada no Ministério da Economia que o Brasil poderá efetuar o pagamento da primeira parcela (do total de 36) já na semana que vem, assim que se encerrar o processo formal de negociações pelo presidente do BC, Francisco Roberto André Gros. As conversas serão iniciadas no próximo dia 24, em Paris, e a expectativa do governo é de que os entendimentos em torno do acordo "guarda-chuva" não se estendam por mais de dois dias. Vale ressaltar que parte do total de US\$ 13,5 bilhões da dívida objeto das negociações (uma parcela pequena) deverá ser reescalonada por 12 anos, em vez de 18 anos, segundo os termos genéricos enviados por fax a Trichet na sexta-feira.

Os valores a serem negociados obedecem a uma divisão que de um lado contempla o que o BC chama de pré "cut-off date" não refinanciado no passado e de outro lado os valores já reescalonados no passado também referentes a contratos firmados pré "cut-off date" a data do corte,

para efeito de negociação com o Clube de Paris, é 31 de março de 1983, de modo que contratos com agências de crédito oficiais ou com seu aval firmados depois daquela data não são passíveis de refinanciamento — e que no BC ganhou a denominação de "previously rescheduled debt" (PRD).

Assim está enquadrado na relação da dívida não reescalonada anteriormente o valor de US\$ 2,8 bilhões em compromissos vencidos (entre juros e amortizações) e de US\$ 1,7 bilhão de compromissos a vencer em 1992 e 1993 (entre juros e amortizações) no PRD, englobando contratos que haviam sido anteriormente reescalonados nos planos de financiamento I, II e III, a dívida passível da negociação corresponde a US\$ 5,8 bilhões de compromissos vencidos (entre juros e amortizações) e US\$ 3,2 bilhões de compromissos a vencer em 1992 e 1993 (entre juros e amortizações). Os atrasados, portanto, envolvidos nos valores passíveis de reescalonamento, representam US\$ 8,6 bilhões entre juros e amortizações.